

Notícias do dia 18 de abril



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS



Sexta-Feira, 19 de Abril de 2024

Sumário

Número de notícias: 2

O POPULAR ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Goinfra fará nova licitação, após TCE manter suspensão de processo 3

O POPULAR ONLINE - GO - OPINIÃO
TCE - GO

Ensino médio para todos (Artigo) 5

Goinfra fará nova licitação, após TCE manter suspensão de processo

Lucas Alberto Vissotto Júnior, presidente da Goinfra: nova licitação mesmo antes de concluir os convênios com os municípios (Denise Xavier/Alego)

A **Agência Goiana de Infraestrutura e Transportes** (Goinfra) lançará nova licitação para compra de aduelas do programa **Goiás** em Movimento Eixo Pontes, depois que o **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)** apontou suspeita de sobrepreço de R\$ 62,5 milhões. Nesta quinta-feira (18), o pleno do tribunal confirmou, por 6 votos a 0, a medida cautelar que determinou a suspensão do processo licitatório aberto em dezembro do ano passado.

A decisão monocrática pela suspensão, do **conselheiro Kennedy Trindade**, foi revelada pelo **POPULAR** na semana passada, quando o presidente da Goinfra, Lucas Alberto Vissotto Júnior, afirmou que proporia a repactuação dos valores das aduelas com as duas empresas vencedoras da licitação, no valor total de R\$ 270 milhões.

Agora, o presidente do órgão afirmou ao **POPULAR** que equipe técnica da Goinfra trabalha para concluir um novo edital para lançamento na próxima semana, com correção de todas as irregularidades apontadas pelo tribunal. Ele disse ainda não ter a estimativa de valores da nova licitação. "Vamos corrigir 100% dos itens apontados pelo **TCE-GO**", diz.

O programa para substituição de pontes de madeira por estruturas pré-fabricadas de concreto em todo o Estado foi lançado pelo governador Ronaldo Caiado (UB) em 27 de fevereiro. As atas de registro de preços que declararam as empresas Artsul - Indústria e Comércio de Pré-Moldados Cruzeiro do Sul Ltda. e Moldi Indústria e Comércio de Artefatos de Cimento Ltda como vencedoras da licitação haviam sido publicadas no Diário Oficial do Estado uma semana antes, assinadas por Vissotto.

A Artsul ficou com quatro lotes, ao total de R\$ 221,6 milhões, e a Moldi, com um lote, ao preço de R\$ 47,98 milhões. Ao total, a Goinfra previa fornecimento de 44.280 metros de aduelas pré-moldadas.

O voto do relator, seguido por cinco conselheiros do **TCE-GO**, pede esclarecimentos da Goinfra sobre cinco indícios de irregularidades: o sobrepreço apontado em instrução técnica elaborada pelo Serviço

de Fiscalização de Licitações e Projetos de Engenharia do tribunal; a vedação da participação de empresas em consórcio, o que teria "maculado" a competitividade do certame; a distribuição de parte das aduelas de forma igualitária entre os 246 municípios; a incorreção nos custos de transporte, adotando-se **Goiânia** como única cidade de origem, em vez da definição de cidades-polo para distribuição, o que representaria R\$ 12 milhões de economia; e a não apresentação da anotação de responsabilidade técnica referente ao orçamento estimativo.

Conforme havia mostrado o **POPULAR**, a instrução técnica do **TCE-GO** apontou "diversas irregularidades na formação dos preços de referência", que vão desde o custo unitário das estruturas a serviços de transporte e instalação. Ao contestar os preços, a unidade técnica diz ter usado como referência o Sistema de Custos Referenciais de Obras (Sicro), criado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Em alguns casos, o valor individual da aduela com o custo de transporte chegou a 40% a mais na licitação em relação ao valor estimado pelo tribunal.

Seguiram integralmente o voto do relator os conselheiros **Sebastião Tejota**, Carla Santillo, **Helder Valin**, **Edson Ferrari** e **Celmar Rech**, em julgamento virtual que teve início na segunda-feira (15). O acórdão foi publicado no fim da tarde desta quinta.

Vissotto havia dito na semana passada à reportagem que não tinha condições de estimar um 'valor real' na licitação para compras de aduelas no Estado porque dependia da apresentação das demandas dos municípios que vão receber as estruturas para substituir as pontes. Segundo ele, a Goinfra fecharia convênios individualizados com os municípios para definir a quantidade e os tamanhos, e a partir de então, solicitaria a repactuação dos valores com as empresas.

Já nesta quinta, o presidente da Goinfra afirmou que lançará a nova licitação mesmo antes de concluir os convênios com os municípios. Questionado sobre a mudança de posicionamento, ele disse que aguardará o lançamento do novo edital para dar mais detalhes sobre a decisão. Afirmou ainda que vai submeter o documento ao **TCE-GO** para "consulta e checagem" antes da publicação.

Procurado, o **TCE-GO** afirmou, por meio da assessoria de imprensa, que ainda não houve decisão de mérito no processo e que cabe à Goinfra dar informações sobre as providências, já que tem 15 dias para se manifestar ao tribunal. Disse ainda que o **conselheiro** relator não pode se manifestar em processo pendente de julgamento, por determinação da Lei Orgânica do tribunal.

Vissotto havia minimizado a suspensão da licitação, afirmando que a repactuação dos valores já vinha sendo tratada há meses com o **TCE-GO**. "O tribunal é um grande parceiro da Goinfra neste processo e estamos atuando em conjunto para sanear as questões apontadas", afirmou.

Suspeitas

O POPULAR mostrou que também está em investigação, na Polícia Civil e na **Controladoria Geral do Estado** (CGE), contrato de R\$ 28 milhões da Goinfra com a Prime Construções para manutenção predial. Há suspeita de superfaturamento e pagamentos indevidos.

O contrato foi cancelado no dia 11 de abril pela Goinfra, que também instaurou processos administrativos contra a empresa e contra três dos seis servidores, incluindo diretores e gerentes, exonerados em 9 de abril, em meio às investigações.

Site: <https://opopular.com.br/politica/goinfra-fara-nova-licitac-o-apos-tce-manter-suspens-o-de-processo-1.3129509>

Ensino médio para todos (Artigo)

Bia de Lima

Bia de Lima

18 de abril de 2024 às 22:02

Modificado em 18/04/2024, 22:09

O Censo Escolar 2023, divulgado pelo Ministério da Educação, no final de fevereiro, aponta índices de 3,9% e 5,9%, respectivamente, para os indicadores repetência e evasão, no ensino médio em todo o país. Os números se referem aos anos de 2020-2021, a partir de dados enviados pelas secretarias de educação dos estados e atingem, sem nenhuma surpresa, jovens mais vulneráveis que deixam de estudar para ajudar no sustento da família.

Em **Goiás**, o problema tende a se agravar com a extinção do ensino médio regular noturno e o remanejamento compulsório dos alunos para a Educação de Jovens e Adultos. Dados da Secretaria de Estado da Educação, em resposta ao **Tribunal de Contas do Estado** que avaliou a oferta de EJA pela rede estadual de ensino, revelam que, entre o segundo semestre de 2022 e o primeiro de 2023, início do fechamento de turmas, 25.653 matrículas, 61,9% do total, deixaram de ser efetuadas no ensino médio regular noturno.

Na EJA, no mesmo período, com a inclusão de alunos que não atendem aos requisitos para a modalidade, o número de estudantes saltou de 19.560 para 43.886, aumento de 124,3%. Fato que orientou o **TCE** a determinar à Seduc matricular na EJA, num prazo de 120 dias, apenas quem cumpre os requisitos legais, ou seja, jovens de 18 anos que descontinuaram os estudos.

Ao contrário da decisão equivocada da Seduc que afasta os jovens do ensino médio regular, o programa Pé-de-Meia, do governo federal, chega como um importante incentivo para que eles permaneçam na escola até a conclusão dos estudos, com o pagamento de uma bolsa anual de até R\$ 3 mil por aluno, podendo atingir R\$ 9.200, no final do período. Por outro lado, o programa, sozinho, não garante aos estudantes do ensino médio público formação sólida para que eles possam disputar em igualdade de condições as melhores vagas nas faculdades.

Essa preocupação não é de agora e se agravou com a o Novo Ensino Médio, gestado em gabinete, que não

agradou professores e nem estudantes e está suspenso desde abril do ano passado, enquanto segue no Congresso Nacional o PL que redefine a Política Nacional do Ensino Médio, valorizando o desenvolvimento humano, o ensino crítico e a autonomia dos estudantes de todos os perfis socioeconômicos, do campo, indígenas e quilombolas.

Como deputada e presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa de **Goiás**, dedico o mandato a maximizar as vozes em defesa do ensino público de qualidade e a valorização dos trabalhadores na educação. É grande também a preocupação com o distanciamento entre o ensino regular e o profissionalizante, após a mudança na legislação que dividiu a gestão da educação em três secretarias (Educação, Retomada e Inovação).

É preciso promover as mudanças necessárias que possam fazer do ensino médio um período prazeroso do estudante na escola e frear as mudanças que, claramente, são prejudiciais a eles. Universalizando o acesso à educação, conseguiremos alcançar um país minimamente mais justo.

Bia de Lima, deputada estadual e presidenta do Sintego

Site: <https://opopular.com.br/opiniao/artigos/ensino-medio-para-todos-1.3129503>